

POLÍTICA

EXPOSIÇÃO DE SERVIDORES

MP denuncia e Justiça torna Hagara réu por ‘live’ em fiscalização

Influenciador vê perseguição política e diz que não tem nada a esconder; penas podem se aproximar de seis anos e suspensão de direitos políticos

ANGELO LOPES E EDUARDO SCHIAVONI
redacao@jornalribeirao.com.br

O Ministério Público de Ribeirão denunciou o empresário e influenciador Hagara Espresola Ramos, o Pão de Queijo, por supostos crimes cometidos durante uma fiscalização sanitária no Mercado Municipal. A denúncia, feita na primeira quinzena de dezembro, foi oferecida pelo promotor de Justiça Paulo César Souza Assef. O acusado atribui a denúncia à perseguição política.

O episódio ocorreu na manhã de 25 de agosto de 2025, por volta das 9h, quando fiscais da Vigilância Sanitária realizaram uma inspeção de rotina no box “Rei do Queijo e do Bacalhau”, localizado nos boxes 69 e 70 do Mercado Municipal, de propriedade do pai do influenciador, que, na ocasião, era primeiro suplente do PL na Câmara - ele deixou o partido e filiou-se ao Avante.

Durante a fiscalização, os agentes constataram irregularidades consideradas graves, como a ausência de selos de inspeção sanitária — SIM, SIF ou Selo Arte — em produtos alimentícios, além de condições inadequadas de armazenamento, com potencial risco à saúde pública. Diante da situação, foi determinada a apreensão e inutilização imediata dos produtos.

Segundo o MP, foram descartados entre 270 e 400 quilos de queijos, o que teria causado um prejuízo estimado em cerca de R\$ 30 mil ao comércio familiar.

DENÚNCIA

O promotor atribui ao empresário três crimes: resistência, por empregar violência para dificultar a ação dos fiscais; desacato, pelas ofensas dirigidas aos servidores; e injúria qualificada, em razão de xingamentos direcionados a um dos fiscais, idoso, com ampla divulgação nas redes sociais.

Os crimes, segundo o MP, ocorreram em concurso material e a pena pode se aproximar dos seis anos de prisão. Além disso, eventual condenação pode gerar consequências eleitorais, como inelegibilidade, nos termos da Lei da Ficha Limpa.



Hagara Espresola Ramos, o Pão de Queijo, ao assinar filiação no Avante

MP ACUSA INFLUENCIADOR DE INTIMIDAR AGENTES E PROFERIR OFENSAS EM TRANSMISSÃO

Para o MP, Hagara interferiu no trabalho dos fiscais, retirando produtos das mãos dos agentes. Ele é acusado de encurralar uma das fiscais em área restrita do box. Ele também fez uma transmissão ao vivo pelas redes sociais, na qual filmou repetidamente o rosto e o crachá dos servidores públicos.

Durante a “live”, Hagara teria proferido diversas ofensas, chamando os fiscais de “inúteis” e “mamadores da teta do governo”. A situação se prolongou por mais de três horas e exigiu a intervenção da Guarda Civil Municipal e da Polícia Militar.

OPINIÃO: HÁGARA INCOMODA MUITA GENTE E DEVE TER PROBLEMAS COM JUDICIÁRIO

Hagara do Pão de Queijo vem fazendo, em suas redes sociais, um papel que a imprensa da cidade não faz: o de denunciar malfeitos da administração. Obviamente existe interesse político na história: primeiro suplente do PL, ele deixou o partido para ingressar no Avante, de olho em uma vaga na Alesp. O que não é um problema.

Fato é, entretanto, que a comunicação de Hagara incomoda. À prefeitura, ao prefeito e a muitos vereadores. O que significa, pelo histórico de Ribeirão, problemas à vista para o influenciador. Como bem comprova Fernando Chiarelli, outro que incomodou muito.

Acusado é pedra no sapato de Silva

Ex-suplente de vereador, Hagara tem sido uma verdadeira pedra no sapato do prefeito Ricardo Silva. E já acusou a administração de perseguição, principalmente por ver seus estabelecimentos comerciais passarem por uma série de fiscalização em poucos meses.

Ele vê perseguição política na denúncia. “Não tenho nada a esconder. É difícil lutar contra todos”, afirmou.

Em depoimento, ele negou ter ofendido os agentes

e afirmou que apenas questionou a legalidade da fiscalização. Sustentou, ainda, que a ação teria motivação política e causado prejuízos financeiros indevidos.

O empresário é ex-candidato a vereador pelo PL e figura conhecida por embates públicos. Foi peça fundamental na denúncia e na pressão às autoridades que culminaram com a denúncia do vereador Bigodini (MDB), acusado de dirigir embriagado.



Paulo Sartre, por Ângelo Lopes - MTb 0097820/SP

PLANEJAMENTO/IFSP

Após a matéria do Jornal Ribeirão sobre os problemas envolvendo o Instituto Federal de São Paulo, agentes da Secretaria de Planejamento entraram em estado de alerta — principalmente após o anúncio da liberação de R\$ 1,1 bilhão para a Via Leste-Oeste. Em reunião, todos entenderam o recado e correm agora para reduzir os prejuízos do Projeto IFSP, evitando a impressão de que a pasta não conduz adequadamente projetos com recursos da União.

OLHOS NOS OLHOS

Ricardo Silva (PSD), em novo vídeo, foi enfático ao divulgar a liberação da verba pelo Governo Federal. No discurso, destacou o papel do presidente Lula (PT) e agradeceu de forma entusiasmada, o que, segundo aliados, emocionou o petista. A postura foi diferente da adotada em outra ocasião.

RECURSOS 2026

O Governo Federal decidiu investir pesado na região de Ribeirão Preto. Além do Projeto de Mobilidade Leste-Oeste, estão previstos investimentos no Minha Casa, Minha Vida faixa 1, em infraestrutura de assentamentos rurais e, segundo fontes, em áreas de Cultura, Esporte e Segurança (GCM). A estratégia faz parte de uma política mais firme de atuação no interior paulista, mirando o fortalecimento do PT no estado.

VALE TUDO

Marco Aurélio (NOVO) foi às redes sociais criticar a ação do Governo Federal e a proximidade de Ricardo Silva com Lula. Enfatizou o valor do empréstimo, como se não fossem prioridade obras nas regiões Leste e Oeste, quando outras regiões já foram contempladas em etapas anteriores do Projeto de Mobilidade.

LAUDO AVCB

O vereador Franco não foi tão “franco” na última sessão do ano ao tratar do PL de sua autoria que suspende eventos no Parque Permanente de Exposições até a obtenção do laudo do Corpo de Bombeiros. Uma manobra levou o projeto à pauta, mas sem parecer da CCJ — comissão presidida por ele mesmo. O movimento teve tom de aviso ao Executivo, em protesto à falta de cotas de ingressos aos vereadores da base em eventos promovidos pela Prefeitura, como no Theatro Pedro II, Teatro Municipal e Arena.

TICKET OUT

A reclamação de Franco Ferro, em nome da base governista, é que os vereadores não vêm sendo contemplados e precisam “pedir favores” a agentes do Executivo. O gesto é simbólico, pois o PL poderia criar obstáculos para eventos como o Rodeio 2026, que tradicionalmente ocorre no local sempre sem AVCB. O tema já chegou ao MPE-SP, que avalia cobrar providências do Executivo. Nenhum vereador se manifestou, mas alguns já preparavam votos contrários para defender setores que dependem do espaço para a realização de eventos, como o vereador Gasparini (UB).

MAIS MARISTA

Tudo indica que, no início do próximo ano, o projeto de permuta entre a Prefeitura e o Colégio Marista — envolvendo o terreno do Jardim Botânico — voltará à pauta. O vice-prefeito Alessandro Maraca (MDB) conduz o assunto e, segundo assessores, ficou entusiasmado com os novos laudos de avaliação. Ele tem sondado veículos de imprensa para divulgar gradualmente a “boa nova”, buscando reduzir resistências na Câmara à proposta de troca “ganha-ganha”.

SEM SIMPATIA

Na Câmara, porém, o clima com Maraca não é dos melhores — até mesmo entre vereadores do seu próprio partido há resistência. A falta de informações sobre o PL da troca de imóveis e o tempo em que o projeto ficou parado sem defesa dele geraram fissuras na base. A oposição, por sua vez, já se mobiliza e critica a insistência do vice-prefeito em não realizar nova avaliação com engenheiro perito. “A ver, no ano que vem”.

DEU A LETRA

A recente denúncia do MPE-SP contra o empresário Hagara Espresola, o “Pão de Queijo”, feita pelo promotor Paulo César Souza Assef, deixou claro que sua possível candidatura em 2028 pode estar ameaçada. A denúncia, que pode torná-lo réu por suposto crime contra agentes da Vigilância, levanta questões relacionadas ao Código Penal, à Lei da Ficha Limpa e afasta a possibilidade de acordo de não persecução penal. Terá sido um recado?